

“Não existem rebeldes negros”: repensando o legado de E. P. Thompson para a Guerra Civil Americana*

“There are No Black Rebels”: rethinking E. P. Thompson’s Legacy for the American Civil War

James Oakes**

Resumo: O artigo aborda a lealdade dos escravos à União durante a Guerra Civil Americana, indo além de duas afirmações habituais, tanto “Lincoln libertou os escravos”, quanto “Os escravos se libertaram”. Ao fazê-lo, sonda como a abolição da escravidão foi obtida pela interação de dois atores poderosos, o Partido Republicano e seu líder, o presidente dos EUA, e os próprios escravos, que se afirmaram livres ao migrar para as linhas do Norte. Dialogando com E. P. Thompson, o artigo chama a atenção para o significado da exclusão de plebeus e trabalhadores da política institucional, apontando para a importância da história política também para os negros estadunidenses.

Palavras-chave: E. P. Thompson; Guerra Civil Americana; escravidão.

Abstract: The article addresses the loyalty of slaves to the Union during the American Civil War going beyond two usual statements, either "Lincoln freed the slaves" or "the slaves were freed." In doing so, it discusses how the abolition of slavery was a result of the interaction of two powerful actors, the Republican Party and its leader the US president and the slaves themselves, who claimed to be free by migrating to the Union lines. In a dialogue with E. P. Thompson, the article draws attention to the significance to plebeians and workers of the exclusion of institutional politics and the importance of political history also for black Americans.

Keywords: E. P. Thompson; American Civil War; slavery.

* Tradução: Mariângela de Mattos Nogueira

** Distinguished Professor no Graduate Center, City University of New York (CUNY). Doutor em História pela University of California, Berkeley. E-mail: joakes@gc.cuny.edu.

“Acredito que, até agora, nenhum homem, por mais maligno que seja, tenha sido capaz de lançar uma sombra de dúvida sobre a lealdade e o patriotismo das pessoas livres de cor nesta hora de provação e perigo para a nação. [Nenhum] rebelde ou traidor ousou olhar para o homem de cor livre do Norte, senão como um inimigo. Há rebeldes ingleses, rebeldes escoceses, rebeldes irlandeses, mas acredito que não haja rebeldes negros”.

Frederick Douglass (14 de janeiro de 1862)

“Os motins de Gordon de 1780 e os manifestantes ‘Church and King’ em Birmingham em 1791 tinham isso em comum: eles se sentiam, de alguma maneira obscura, defendendo a ‘Constituição’ contra elementos alienígenas que ameaçavam seu ‘direito inato’”.

E. P. Thompson, *The making of the English working class* (1963)

Quando Frederick Douglass disse que “não existem rebeldes negros”, ele não quis dizer que não existia um escravo rebelde. Esse comentário foi feito em 1862, em meio à Guerra Civil Americana, e contrastava a deslealdade e a traição dos Confederados do Sul - os “rebeldes” - com a inabalável lealdade à União dos afro-americanos, escravos e livres, do Norte e do Sul. É bastante fácil descartar as denúncias de deslealdade como uma daquelas coisas infelizes que acontecem nas nações em guerra, mas nesse caso havia algo mais substancial acontecendo, algo que E.P. Thompson poderia nos ajudar a entender: o significado político da resistência escrava durante a Guerra Civil.

Embora inspirados pelo modelo de história de Thompson “de baixo para cima”, os estudiosos da escravidão americana tendem a ignorar a história política que moldou o mais importante trabalho daquele historiador. *The making of the English working class*,¹ por exemplo, encerra no ano de 1832 com a aprovação da Lei de Reforma. Tão significativo é esse ponto final para a interpretação de Thompson que, sem alterar uma palavra do texto, nem seu conteúdo, ele poderia facilmente ter chamado seu livro *The origins of the Reform Bill* (As origens da Lei de Reforma). Se assim tivesse feito, seus admiradores teriam ficado menos perplexos com a aparição, dez anos depois, de *Whigs and hunters*, que carregava o subtítulo *The origins of the black act*.² Os admiradores de Thompson questionaram, então, se ele havia mudado de posição desde a época de *The making*. No entanto, ambos os livros exploram o significado político de plebeus e trabalhadores legalmente excluídos do sistema político formal. Os conflitos de classe que eclodiram numa

¹ Pulicado no Brasil em três volumes: THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. v.1; THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2; THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 3. N.T.

² THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. N.T.

Inglaterra em rápida industrialização se transformaram em conflitos políticos em que os trabalhadores faziam reivindicações baseadas no “direito comum” e na “economia moral”; esses conflitos, em geral, levavam a algum acordo político importante, na maioria das vezes um acordo que representava uma derrota ou uma traição dos interesses dos trabalhadores. Foi por essa traição que os trabalhadores ingleses se tornaram plenamente conscientes de si mesmos como classe trabalhadora.

A conclusão pessimista de Thompson sugere a primeira diferença crítica entre o contexto inglês e o americano, pelo menos para aqueles que usam suas ideias para entender a destruição da escravidão durante a Guerra Civil Americana. Qualquer que fosse a traição esperada pelos libertos após a Guerra Civil, os historiadores geralmente não consideraram a emancipação em si uma catástrofe.³ Pelo contrário, eles eram mais propensos a tratá-la em termos heroicos, como o melhor momento de Abraham Lincoln, ou como o momento glorioso em que os escravos se levantaram e se libertaram. De qualquer maneira, é difícil tratar a Proclamação da Emancipação ou a Décima Terceira Emenda, da maneira como Thompson tratou a Lei da Reforma, como uma traição desastrosa. A crítica mais severa contra a proclamação de Lincoln é que ela nada fez.

Thompson também formulou grande parte de seus escritos como contribuição ao debate, especialmente entre os marxistas britânicos, sobre a transição para o capitalismo. Se tratarmos a emancipação como um evento central no desenvolvimento do capitalismo americano, como eu acho que deveríamos, é possível deduzir uma consideração thompsoniana que evita as afirmações excessivamente simplistas de que “Lincoln libertou os escravos” ou que “Os escravos se libertaram”. Até mesmo as abolições da escravidão do final do século XVIII nos estados do Norte, por exemplo, são mais bem vistas como parte de uma transformação social mais ampla que substituiu várias formas de trabalho “forçado” por trabalho livre. Nos mesmos anos em que os escravos do Norte estavam sendo emancipados, os aprendizes estavam se tornando trabalhadores assalariados e a servidão por contrato estava sendo abolida. Os contratos de trabalho de longo prazo deram lugar à prática tipicamente americana de pagar o salário por dia trabalhado. Por volta da década de 1820, a revolução social no Norte estava praticamente

³ Alguns estudiosos recentes assumiram essa posição, mas produziram o que poderia ser rotulado de uma Narrativa de Catástrofe. Ver, por exemplo: DOWNS, Jim. **Sick from freedom: African-American illness and suffering during the Civil War and Reconstruction**. Nova York: Oxford University Press, 2012; EMBERTON, Carole, Unwriting the freedom narrative: A review essay. **Journal of Southern History**, Houston, v. 82, n. 2, p. 377-394, maio 2016. Um ceticismo mais abrangente sobre a Guerra Civil se tornou muito mais comum, mas a maioria dos historiadores que escreveram sobre ela - Harry Stout, Drew Faust e John Fabian Witt, por exemplo - reconhecem o valor da emancipação, apesar da terrível violência que a guerra acarretou.

concluída e a transformação capitalista de seu interior já estava bem encaminhada, estando praticamente concluída em meados da década de 1840. Dentro de uma década, um novo partido antiescravista, o Republicano, surgiu no Norte sob a bandeira do “trabalho livre”. Se Lincoln e seus companheiros republicanos acreditavam em alguma coisa, era na superioridade econômica, social, política e moral do trabalho livre. Para esses homens, a emancipação foi amplamente definida em termos essencialmente capitalistas como a substituição da escravidão pelo trabalho livre.

Aqui confrontamos uma segunda e bastante óbvia diferença entre os contextos inglês e americano, uma diferença refletida na resposta dos escravos do Sul à transformação revolucionária que o Norte estava impondo. A Guerra Civil Americana não privou os trabalhadores negros livres de sua valiosa independência; transformou trabalhadores escravizados em trabalhadores assalariados. Para os artesãos ingleses de Thompson, o rebaixamento ao trabalho assalariado era uma calamidade; para os escravos do Sul, a ascensão para o trabalho assalariado era uma libertação revolucionária. Esse não era o tipo de liberdade que os escravos teriam preferido se houvesse alguma alternativa na mesa, mas era, se comparada à escravidão, imensamente atraente para eles. Os republicanos entenderam isso e esperavam que eles aproveitassem o trabalho livre que os *yankees* estavam oferecendo em seus esforços para reprimir a rebelião do Sul. A reação dos escravos, no sentido de acolher a transição que as autoridades federais estavam impondo, é a chave para desvendar o significado político de sua resistência durante a Guerra Civil.

O fato de os *yankees* terem chegado ao Sul no momento da rebelião dos proprietários deu aos escravos uma oportunidade aproveitada com notável entusiasmo: em contraste com seus senhores desleais, eles declararam sua lealdade à União, tanto com palavras, quanto com ações. Trabalho e lealdade estavam intimamente relacionados. A disposição para trabalhar pela União em troca de salários, em vez de servir à Confederação como escravos, era uma expressão de sua lealdade. Mas os escravos demonstraram sua fidelidade à União de outras maneiras e as autoridades federais foram rápidas em considerá-las. Costuma-se dizer que os legisladores foram forçados a adotar a emancipação porque um número esmagador de escravos estava invadindo as fileiras da União, mas não há muitas evidências disso. Em vez disso, os legisladores republicanos em Washington mudaram da emancipação limitada para a universal, em resposta direta à lealdade demonstrada pelos escravos em relação à União, o que se destacou num nítido contraste com a manifesta e esmagadora deslealdade de quase todos os proprietários de escravos na Confederação. Os historiadores da Guerra Civil têm

observado que, durante o primeiro ano da guerra, Lincoln e os republicanos no Congresso abandonaram as esperanças iniciais de ressurgimento do unionismo entre os sulistas brancos, mas esses mesmos historiadores deixaram escapar o fato de que as autoridades em Washington estavam se tornando cada vez mais indignadas com a deslealdade dos brancos do Sul e, concomitantemente mais impressionadas com a lealdade dos escravos do Sul. Foi a lealdade dos escravos, não o quantitativo deles, que provocou a radicalização dos legisladores e impulsionou a mudança da emancipação limitada para a militar universal.

Então, ao invés de dizer que “Lincoln libertou os escravos” ou “os escravos se libertaram”, digamos que a abolição da escravidão durante a Guerra Civil foi alcançada pela interação de dois poderosos “agentes”, o Partido Republicano, no controle do Congresso e da presidência, e os escravos, que reivindicaram sua liberdade entrando nas fileiras da União. Ambos os “agentes” aproveitaram as oportunidades criadas pela guerra: os republicanos, invocando as bem mais estabelecidas leis de guerra que há muito tempo justificavam a emancipação militar de áreas em rebelião; e os escravos, correndo para as fileiras da União e denunciando seus senhores como secessionistas desleais. Os republicanos adotaram essa política logo após o início da guerra e os escravos perceberam rapidamente que a distinção entre lealdade e deslealdade era a chave para sua própria emancipação.

Era um axioma familiar aos americanos do século XIX o de que “lealdade” ao e “proteção” do governo eram recíprocas ou “correspondentes”. Os abolicionistas eram especialmente hábeis em aplicar esse preceito à escravidão. Theodore Dwight Weld, por exemplo, destacou que, embora “a lealdade seja exigida do escravo”, o governo falhou em sua obrigação recíproca de protegê-lo. “É um axioma do mundo civilizado e uma máxima, mesmo com selvagens, que lealdade e proteção são recíprocas e correspondentes”.⁴ James Gillespie Birney compartilhou os sentimentos de Weld: “A lealdade e a proteção são inseparáveis”, escreveu. Os escravos são julgados por crimes “porque exigimos deles lealdade... Por essa lealdade, nós nos recusamos a pagar proteção, ‘segurança’”.⁵ A mesma regra é aplicada aos negros livres. “Se a lealdade é um dever da nossa população de cor”, declarou William Yates,

⁴ WELD, Theodore Dwight. **The power of Congress over the District of Columbia**. New York: The American Anti-Slavery Society, 1838. p. 43.

⁵ Citado por BARNETT, Randy E. Whence comes section one? The abolitionists origins of the fourteenth amendment. **Georgetown Public Law and Legal Theory Research Paper**, Washington, DC, n. 10-06, p. 220-221, 2011.

“sua contrapartida é um dever do governo, a saber: proteção e leis iguais”.⁶ Este preceito moldou a política da União - e a resposta dos escravos - desde os primeiros meses da Guerra Civil.

Os escravos odiavam ser escravos. Por décadas, se não séculos, eles entraram em conflito com seus senhores sobre suas condições de trabalho, integridade de suas famílias, acesso à terra para provisão de subsistência, entre outras coisas. Por volta de 1860, eles acumulavam uma longa história de fugas para a liberdade sempre que podiam, especialmente em tempo de guerra, história que lhes valeu a merecida reputação entre os proprietários de escravos de “inimigo interno” do Sul. À medida que a crise de secessão se aprofundava, no final da década de 1850, os escravos prestavam muita atenção à política nacional e entendiam à sua maneira as implicações revolucionárias da eleição de Lincoln, que de fato assinalou o triunfo do primeiro partido político no mundo dedicado à abolição da escravidão. Os escravos previram que a eleição de Lincoln precipitaria uma guerra e que os exércitos invasores da União lhes ofereceriam uma oportunidade sem precedentes de escapar para a liberdade. Aprenderam também muito rapidamente que as fileiras da União lhes seriam muito mais francas se, ao chegar, denunciasses seus donos como traidores desleais.

Os republicanos acreditavam que o trabalho livre era social, política e moralmente superior ao trabalho escravo. Dito de forma mais simples, eles odiavam a escravidão e entendiam que os escravos a odiassem ainda mais. Esperavam destruir a escravidão de forma gradual e pacífica, mas também previram que a secessão levaria à guerra e que a guerra por sua vez desencadearia uma rebelião de escravos na forma de fuga maciça para as fileiras da União. Do mesmo modo, calcularam que a cláusula da Constituição referente aos poderes de guerra autorizava o Governo Federal a emancipar tais escravos como uma “necessidade militar”. Nesse sentido crucial, a emancipação militar pressupunha a resistência escrava; só funcionava se os escravos tomassem a iniciativa de fugir para as fileiras da União. Desde o início de agosto de 1861, os escravos que entrassem nas fileiras da União, vindo de áreas em rebelião, eram de fato emancipados.⁷ Além das premissas da emancipação militar, os republicanos foram sensibilizados para a

⁶ YATES, William. **Rights of colored men to suffrage, citizenship and trial by jury**. Philadelphia: Merrihew and Gunn, 1838. p. 37.

⁷ OAKES, James. **Freedom national: the destruction of slavery in the United States**. New York: W. W. Norton, 2012. p. 106-144. Ver também: BERLIN, Ira. **The long emancipation: The demise of slavery in the United States**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015. p. 15: “The federal government had been freeing slaves for more than a year prior to the issuance of the Emancipation Proclamation, and it would free more thereafter”. (O governo federal havia libertado escravos por mais de um ano antes da emissão da Proclamação da Emancipação, e liberaria mais depois disso).

questão da lealdade por um quarto de século de políticas seccionais. Os escravos repetidamente ameaçavam desmembrar a União se o governo federal não lhes desse o que queriam e os líderes do Norte naturalmente associavam a defesa da escravidão à deslealdade, bem como a luta contra a escravidão com devoção à União. Esse “nacionalismo antiescravista” faz com que a habitual distinção entre uma guerra pela União e uma guerra contra a escravidão seja essencialmente sem sentido. Quando a guerra finalmente chegou, os republicanos estavam preparados para interpretar a entusiástica recepção dos escravos ao exército da União como prova de sua lealdade.

Praticamente todos os estatutos e ordens executivas relacionados à emancipação militar baseavam-se em uma distinção crucial entre pessoas ou áreas leais e desleais. A primeira Lei de Confisco, aprovada pelo Congresso durante o primeiro verão da guerra, autorizou a emancipação de todos os escravos usados no apoio à rebelião. As instruções do Departamento de Guerra para a implementação da lei libertavam todos os escravos que escapassem de seus senhores desleais e entrassem voluntariamente nas fileiras da União, oferecendo seu serviço ao esforço de guerra do Norte. Um ano depois, uma segunda Lei de Confisco estendeu a emancipação a todos os escravos em áreas ocupadas pela União que anteriormente estivessem em rebelião. Mais tarde, o Secretário do Tesouro aconselhou os comandantes da União em Louisiana, que apenas a evidência de “lealdade contínua” impediria um senhor de ter seus escravos emancipados. O *Militia Act*, de julho de 1862, não só liberou os escravos que se alistaram no Exército da União, como também emancipou as esposas, mães e filhos de soldados negros cujos senhores eram desleais. Notoriamente, a Proclamação de Emancipação de Lincoln aplicava-se somente àquelas partes da União que ainda estavam “em rebelião” a partir de 1º de janeiro de 1863.

Desde o início da guerra, a questão da lealdade era impossível de ser evitada pelos oficiais militares da União. Considere o modo como o general Benjamin Butler, na fortaleza de Monroe, explicou por que decidiu não enviar fugitivos de volta a seus senhores, no final de maio de 1861, apenas algumas semanas após o início da guerra. “Devem *eles* [os confederados desleais] ter permissão para usar essa propriedade *contra* os Estados Unidos”, perguntou Butler, “e *nós* não estamos autorizados a usá-la em *auxílio* dos Estados Unidos?”. Dois meses depois, Butler instava as autoridades em Washington a *emancipar* os escravos “contrabandeados” de suas fileiras, descrevendo-os como “homens, mulheres e crianças que *por seu compromisso com a União* haviam sido expulsos ou autorizados a fugir dos Estados

Confederados”. Eles “confiaram na proteção do Exército dos Estados Unidos”, acrescentou Butler, e “ajudaram as tropas dos Estados Unidos em sua campanha”.⁸

Não foi apenas Butler na Fortaleza Monroe. Sempre que soldados ou marinheiros da União ocupavam uma nova área ao longo da costa sul, por exemplo, os proprietários de escravos geralmente fugiam em pânico, mas seus escravos se recusavam a sair e, em vez disso, saudavam os invasores *yankees* como amigos e libertadores. Da mesma forma, sempre que uma nova área era ocupada pela União, os escravos quase imediatamente corriam em direção às fileiras federais recém-estabelecidas para garantir sua liberdade, às vezes arriscando suas vidas. Tão logo ficou evidente que os soldados da União estavam considerando a *lealdade*, os escravos rapidamente aprenderam a denunciar seus donos como secessionistas violentos. Era a melhor maneira de garantir que não seriam devolvidos a seus senhores, especialmente nos Estados de fronteira, onde a emancipação militar não se aplicava. Nesses estados - Kentucky, Missouri e Maryland - os escravos asseguravam sua própria emancipação, denunciando seus senhores como *secesh⁹*, assim que apareciam em um campo da União.

Os escravos leais frequentemente emprestavam ao exército da União uma inteligência militar crucial. Eles sabiam onde os exércitos confederados estavam acampados, onde suprimentos militares eram armazenados e conheciam a paisagem local do Sul o suficiente para servir como guias para as tropas da União. Aqueles que serviram a senhores no exército confederado algumas vezes trouxeram aos *yankees* informações vitais sobre a estratégia e os movimentos das tropas do Sul. Em comparação com os políticos republicanos de Washington, os soldados e oficiais da União eram politicamente muito diversos: alguns estavam comprometidos com a emancipação desde o início e outros se opunham vigorosamente a ela. Não surpreende que nos primeiros meses da guerra, houvesse relatos escandalosos de soldados que rejeitavam escravos nas fileiras da União ou ajudavam a devolver os fugitivos a seus donos. Os republicanos se opuseram formalmente à rendição militar de fugitivos já em julho de 1861, mas foram vários meses para a mensagem penetrar no exército como um todo. No entanto, até o final do ano, até mesmo os soldados da União, que não tinham compromisso com a emancipação, estavam relutantes em recusar os escravos que lhes forneceram informações úteis sobre os feitos e o paradeiro das tropas confederadas. As cartas de soldados *yankees* que chegavam em suas próprias

⁸ BUTLER, Benjamin F.; MARSHALL, Jessie Ames (org.). **Private and official correspondence of Benjamin F. Butler**. Norwood, Mass.: Privately Issued, 1917. v. 1, p. 186.

⁹ Secessionista, defensor da Confederação. N. T.

casas no Norte e nas caixas de correio do Congresso logo ressoavam um refrão familiar: os escravos são as únicas pessoas confiáveis e leais do Sul.

Em breve, o mesmo refrão era cantado nos discursos dos abolicionistas do Norte, em cartas e diários dos oficiais de gabinete e nos debates no plenário do Congresso. Frederick Douglass não apenas denunciou os secessionistas por “traição”, mas repetidamente insistiu que os negros norte-americanos, do Norte e do Sul, eram os mais ferrenhos defensores da Constituição. Republicanos radicais rapidamente compreenderam a lealdade dos escravos à União. Num importante discurso sobre emancipação no outono de 1861, por exemplo, o senador Charles Sumner, de Massachusetts, descreveu os escravos como “quatro milhões de aliados do governo nacional”. Salmon P. Chase, secretário do Tesouro de Lincoln, colocou o assunto de forma sucinta quando pediu a “libertação da população leal do Sul da escravidão aos rebeldes”. Assim, a lealdade dos escravos transformou rapidamente a maneira como as pessoas falavam sobre emancipação.

No início de 1862, quando os políticos republicanos consideraram ampliar a emancipação militar - de limitada à universal – justificaram-na como uma punição aos proprietários desleais e uma recompensa aos escravos leais. Os senhores exigem a lealdade dos escravos, mas o governo faz o mesmo, explicou um congressista republicano. “Na minha opinião, o pronunciamento do governo a favor da lealdade é de extrema importância para todos”, acrescentou, “e a fim de impedir que o escravo seja forçado a ajudar na rebelião, [o governo] tem o direito inquestionável de romper os laços pelos quais o senhor o detém”. Um novo princípio estava a surgir: se o governo federal exigia a lealdade dos escravos, era por sua vez obrigado a emancipá-los em troca de sua lealdade.

É claro que os escravos tinham muitas razões para reivindicar sua liberdade, além da devoção à União. O fato de legisladores federais interpretarem o comportamento dos escravos como evidência de lealdade não significa que os próprios escravos fossem motivados por sentimentos patrióticos. Mas também é verdade que, durante décadas, os abolicionistas negros se apresentaram como os verdadeiros herdeiros da geração fundadora, não apenas por sua devoção mais coerente ao princípio da igualdade fundamental, mas frequentemente por sua inabalável defesa da própria Constituição.

Isso não surpreenderia E. P. Thompson. Sua crítica radical à *Old Corruption* orgulhosamente incorporou a retórica do inglês nascido livre como uma “noção legitimadora do direito”. Considere a maneira como eles abraçaram John Locke. Atualmente, Locke não é muito apreciado entre historiadores e filósofos políticos: ele foi o apologista do “individualismo possessivo”, o defensor do patriarcado doméstico

e o homem que inseriu a escravidão nas constituições fundadoras da Carolina do Sul. No entanto, Thompson certamente está correto ao entender que Locke significava algo muito diferente para plebeus e radicais da classe trabalhadora, e que eles não estavam totalmente errados em se apropriar dele para seus próprios propósitos.

A liberdade das arbitrarias “intrusões do Estado, mas também a crença na igualdade entre ricos e pobres perante a lei”, observa Thompson, “foram uma fonte de autêntica congratulação popular”.¹⁰ Durante décadas, os ativistas afro-americanos também haviam invocado a promessa de liberdade e igualdade universais na Declaração de Independência para legitimar suas próprias demandas pela completa e imediata destruição da escravidão nos Estados Unidos.

Não deveria surpreender, então, que, quando os senhores de escravos se rebelaram contra a União, alegando todo o tempo que a promessa de liberdade da Declaração se aplicava apenas aos brancos, os negros norte-americanos do Sul e do Norte se uniram à União, como eles a entendiam - uma União que os Fundadores pretendiam fosse uma referência global de liberdade e igualdade para todos. Essa compreensão igualitária do significado da União permitiu que alguém como Frederick Douglass denunciasse, regularmente, a secessão como traição, sem por um momento deixar de ver a discriminação racial no Norte. “O que é o proprietário de escravos, senão um rebelde e um traidor?”, perguntava Douglass no primeiro verão da guerra. De fato, a escravidão violava tão claramente as premissas da igualdade republicana que um “proprietário de escravos não pode ser um bom cidadão de uma república livre”. Douglass contrastava a traição dos senhores de escravos com sua própria lealdade à União. “Eu sou um cidadão americano”, anunciou Douglass no início de 1862, “no nascimento, no sentimento, nas ideias, nas esperanças, nas aspirações e responsabilidades, eu sou um cidadão americano”. De fato, “eu não sou apenas um cidadão de nascimento e descendência, eu sou assim por escolha”.¹¹

Apropriar-se não é imitar. Ao invocar o legado dos fundadores, apoiando-se na Constituição, denunciando os secessionistas como “traidores” e insistindo que os negros eram o povo mais fiel do país, Douglass legitimava suas próprias exigências radicais de emancipação. Assim fizeram os escravos quando apareceram nas fileiras da União, denunciando os senhores como *secesh*. Um padrão que o próprio Thompson descobriu entre os plebeus e trabalhadores que citavam Locke e se mantinham firmes quanto aos antigos direitos do “inglês nascido livre”. Eles não

¹⁰ THOMPSON, E. P. **The Making of the English Working Class**. London: Victor Gollancz, 1963. p. 83.

¹¹ Frederick Douglass Papers at the Library of Congress (FDP), ser. 1, v. 3, p. 440-441, 493.

estavam vociferando despropositadamente as palavras de seus chefes, estavam legitimando sua própria postura radical e até mesmo revolucionária. Foi uma postura que os tornou “aliados” naturais da União. Juntos, esses dois grandes agentes da emancipação, legisladores republicanos e negros escravizados, destruiriam a sociedade escravista do Sul e derrotariam o *Slave Power*. Libertariam 4 milhões de pessoas; ajudariam na maior expropriação da história americana, o que significa dizer que eles fariam uma revolução, mas fariam isso em nome da União, da Constituição, da nação.

Para avaliar como a abolição foi revolucionária, considere o modo como os oponentes da escravidão vincularam a “noção legitimadora do direito” à deslegitimação do direito à “propriedade de seres humanos”. E. P. Thompson mostrou como atingir esse objetivo, numa passagem esclarecedora de *Whigs and Hunters*. Ele estava discutindo os conflitos em torno do acesso de plebeus às terras comuns na Inglaterra oitocentista, mas a observação é particularmente relevante para o debate americano sobre a escravidão: “O que muitas vezes estava em questão”, explicou Thompson, “não era a propriedade, apoiada por lei, contra a não propriedade; eram as definições alternativas de direitos de propriedade”.¹²

Definições alternativas de direitos de propriedade estavam no cerne do debate sobre a escravidão e ambos os lados invocavam a Constituição para apoiar suas visões conflitantes. Aqueles que defendiam a escravidão afirmavam que a propriedade dos escravos não era diferente de qualquer outra forma de propriedade e que todas elas estavam constitucionalmente protegidas da ingerência federal. Como prova, citaram as várias partes da Constituição que reconheciam a existência da escravidão, a cláusula 3/5, a cláusula de escravo fugitivo e coisas do gênero. Mas a maioria dos abolicionistas enfaticamente rejeitavam essa leitura, muitas vezes citando ninguém menos que John Locke sobre o direito natural de autopropriedade. “Eu nego completamente”, declarou Douglass, “que essas disposições da Constituição garantam, ou se destinam a garantir, de qualquer maneira ou forma, o direito de propriedade do ser humano”.¹³ Quando denunciou os proprietários de escravos por violar a Constituição, ele estava fazendo a mesma coisa que os Gordon Rioters, de Thompson, que defendiam a “Constituição” inglesa contra “elementos alienígenas”. Como Lincoln, Douglass acreditava que os fundadores tinham

¹² THOMPSON, E. P. **Whigs and hunters**: the origins of the Black Act. New York: Pantheon Books, 1975, p. 261. A luta por direitos de propriedade foi fundamental para grande parte do trabalho de Thompson no século XVIII. Ver, especialmente, seu artigo “Custom Law and Common Right”, reeditado em THOMPSON, E. P. **Customs in Common**: Studies in Traditional Popular Culture. New York: The New Press, 1993. p. 97-184.

¹³ FDP, ser. 1, v. 3, p. 352.

cuidadosa e deliberadamente excluído da Constituição toda referência a um direito de propriedade de escravos. Desse modo, o princípio do repúdio à escravidão, ou à “propriedade do homem”, tornou-se inseparável da defesa do princípio do trabalho livre ou de autopropriedade. Ali estava a base ideológica sobre a qual os escravos, sedentos de liberdade, colocaram-se ao lado dos republicanos comprometidos em trocar a escravidão pelo trabalho livre, lutando juntos para reprimir a rebelião dos senhores de escravos.

Deve ficar claro, então, que os persistentes interesses de E. P. Thompson, na transição para o capitalismo, na forma como o conflito de classes se torna conflito político, e em como os trabalhadores se apropriaram de convenções legais e políticas para atender seus propósitos, permitem ver aspectos sobre a destruição da escravidão que nem sempre estiveram visíveis nas narrativas mais conhecidas. Aqueles historiadores da escravidão e da emancipação, mais inspirados por Thompson, transformaram a compreensão da Guerra Civil, salientando o protagonismo dos escravos no processo de emancipação, mas muitas vezes o fizeram para colocar a cultura no centro dos debates contemporâneos e acabaram escrevendo sobre a cultura negra e o protagonismo de escravos, excluindo a política e a economia política.

Eu segui o outro caminho. Suspeitando da história social despolitizada, comecei a pensar sobre o significado político da resistência escrava. Igualmente desconfiado de “estudos culturais” nos quais grupos de “protagonistas” pareciam mover-se inteiramente pelo sentido de suas próprias identidades, me orientei para a economia política. Mas gosto de pensar que, ao fazer esses movimentos heterodoxos, eu estava de fato me aproximando de E. P. Thompson, porque ele não escreveu o tipo de história contra a qual eu estava me rebelando. Pelo contrário: tendo passado os últimos meses me refamiliarizando com o seu trabalho, estou impressionado com a ausência de fanatismo metodológico. Evidentemente, Thompson poderia ser um intelectual do tipo “brigão feroz” e capaz, ironicamente, de enorme condescendência em relação a atores históricos, sem mencionar as interpretações históricas, que desaprovava. E ele não se importava tanto com a abstração teórica. Mas também era inovadoramente não dogmático quanto ao método. Tanto como historiador intelectual, quanto historiador social, Thompson também ia facilmente da cultura popular para a história jurídica, da economia moral para a economia. E por todas as queixas legítimas que foram registradas sobre vários aspectos de seu trabalho, sua definição subjetiva de classe, sua indiferença ao gênero, sua “queda” pelos radicais da classe trabalhadora, que também eram fanáticos, sua visão preconceituosa das Escolas Dominicais ou sua leitura da Lei da

Reforma, ele nunca presumiu que a história social ou a história da cultura popular mereciam ser estudadas fora da questão maior que estava no centro de todo o seu trabalho: o destino da democracia sob o capitalismo. Este, creio eu, é um legado que vale a pena preservar.

Recebido em 07/07/2019

Aprovado em 10/07/2019